

## FINANÇAS PÚBLICAS

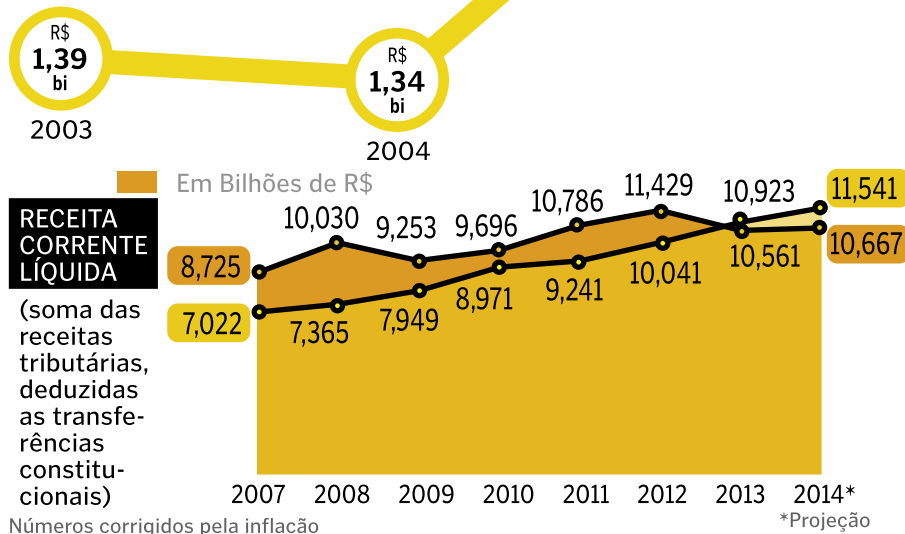
## CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Estudo revela endividamento maior, queda na poupança do Estado, recursos públicos cada vez mais comprometidos com pessoal e custeio da máquina, e menos investimentos com recursos próprios. Tudo isso apesar do avanço dos financiamentos e dos recursos oriundos do petróleo. É um cenário preocupante, que aponta alto endividamento e grande dependência dos royalties. Confira os números

## SALDO CORRENTE ANUAL

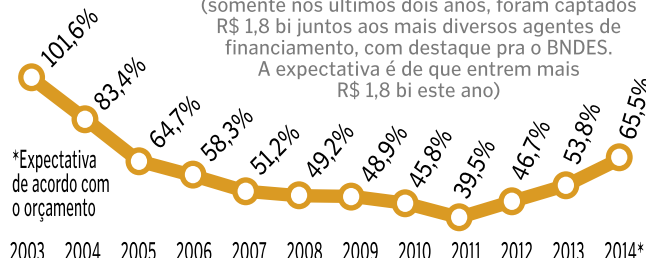
(poupança feita todos os anos para investimentos e amortização de dívida)

Números corrigidos pela inflação



## DÍVIDA BRUTA em relação à receita corrente líquida

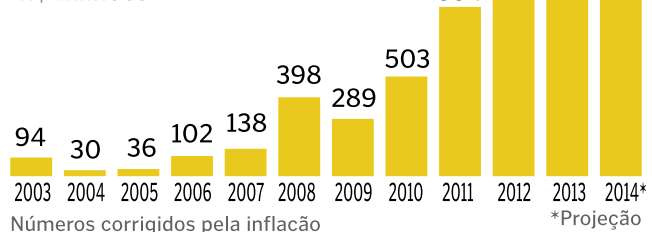
(somente nos últimos dois anos, foram captados R\$ 1,8 bi juntos aos mais diversos agentes de financiamento, com destaque pra o BNDES. A expectativa é de que entrem mais R\$ 1,8 bi este ano)



## RECEITA DE ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

R\$ Bilhão

R\$ Milhões



# GOVERNO DO ESTADO COM AS CONTAS EM XEQUE

## Estudo questiona rumos da política fiscal do governo Casagrande

ABDO FILHO  
afilho@redgazeta.com.br

Endividamento maior, queda na poupança, alto comprometimento da receita com pessoal e custeio, investimentos estagnados e com alto predomínio de financiamentos, e royalties canalizados para bancar os gastos da máquina pública. Estudo feito pelos economistas Haroldo Correa Rocha e Ana Paula Vescovi e pelo engenheiro e professor do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) Rodrigo Medeiros aponta para a deterioração dos fundamentos das contas do governo do Estado.

Na avaliação deles – Correa Rocha é ex-secretário da Educação e Ana Paula já presidiu o Instituto Jones dos Santos Neves –, esse conjunto de fatores, todos eles amplificados em 2013, devem ser analisados com muita cautela e acompanhados com preocupação. Hoje, os dois fazem parte da equipe

técnica do gabinete do senador Ricardo Ferraço.

O governo fechou 2013 no vermelho, com o resultado primário negativo em R\$ 921,8 milhões. Enquanto as receitas caíram 1,58%, as despesas correntes (gastos com pessoal e custeio da máquina) do Executivo estadual subiram 14%.

“Não há problema ter resultados esporadicamente negativos, a questão é toda essa conjuntura de fatores ruins se consumando num único ano, isso é que chamou nossa atenção. Ao analisarmos os números, vimos que os gastos com pessoal subiram forte. Ou seja, mais despesas fixas por um longo período, o que sempre deve ser olhado com preocupação. Será que os serviços públicos melhoraram na mesma proporção?”, questiona Ana Paula Vescovi.

Em 2013, o gasto com pessoal do Estado em relação à receita corrente líquida

## CRÍTICA



“A cada ano que passa, a curva das despesas está mais perto da curva das receitas. Mesmo com financiamentos e royalties, sacam dinheiro do Tesouro. Perdemos qualidade na política fiscal do Estado”

ANA PAULA VESCOVI  
ECONOMISTA

da – que, entre 2005 e 2012, variou entre 29,6% e 38,3% – alcançou 42,4%, ainda longe do limite máximo definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, 49%, mas já bem próximo do limite de alerta, 44%. “Custeio e pessoal são despesas que exigem muita vigilância. Se expandem por elas mesmas, saíram do controle. Fizemos uma estimativa para 2014 e essa proporção pode bater em 45,1%, acima do limite de alerta. Toda a sociedade perde, já vimos isso no passado”, assinala Correa Rocha.

## SEM DESCULPAS

Para ele, o Espírito Santo ainda precisa aprender a usar a renda do petróleo. “É uma receita grande, mais de R\$ 1 bilhão por ano, alimenta o desejo pelo gastar mais. Esses recursos, que deveriam ir prioritariamente para os investimen-

tos estruturantes, acabam no custeio da máquina. Nos últimos dois anos, arrecadamos R\$ 1,3 bi com royalties e participações especiais, entretanto, os investimentos não subiram tanto assim, pelo contrário, estão no mesmo patamar há alguns anos. Para onde grande parte desses recursos está indo?”, indaga.

Na avaliação dos autores do estudo, o governo não pode usar o fim do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), que acabou em janeiro de 2013 e retirou mais de R\$ 1 bilhão dos cofres de Estado e municípios, como desculpa.

“Os municípios, que ficavam com 75% do que era arrecadado, é que tiveram problemas, o Estado não. A perda real com o Fundap foi de R\$ 185 milhões, pouco mais do que 1% das receitas. Os financiamentos do BNDES, que vieram como

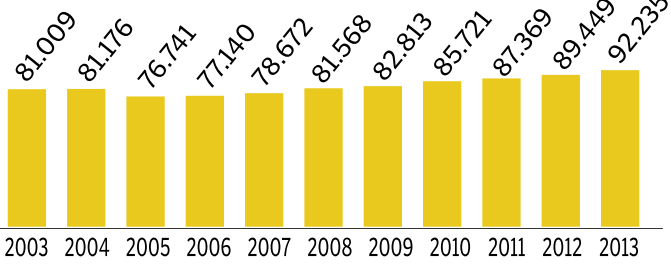
compensação, e os royalties mais do que cobriram isso aí. O governo não pode usar Fundap como desculpa”, crava Rodrigo Medeiros.

Sobre o endividamento, mais preocupações. A relação da dívida bruta do Estado com a receita corrente líquida, saiu de 39,5%, em 2011, e alcançou 53,8% no ano passado. O autores do estudo estimam que esta proporção alcançará os 65,5% até o final deste ano, mesmo patamar de 2005.

“Passamos por um período de crescimento lento da arrecadação, até porque a economia brasileira e capixaba não vão bem, ainda assim, a dívida cresce fortemente. A previsão orçamentária de 2014 dá conta da entrada de mais R\$ 1,7 bilhão em operações de crédito. Em 2018, quando termina o período de carência dessas operações do BNDES, as amortizações, que hoje beiram os R\$ 300 mi-

**QUANTIDADE DE SERVIDORES**

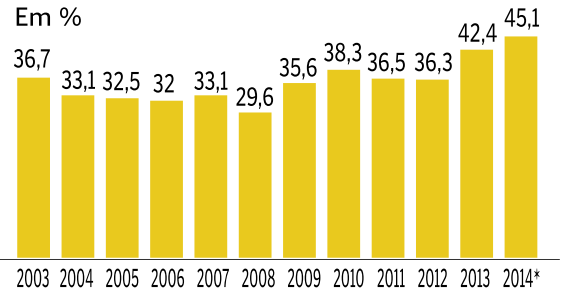
(ativos e inativos)



**PROPORÇÃO ENTRE O GASTO COM PESSOAL E A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

Com mais gente na máquina, a Lei de Responsabilidade Fiscal bate à porta do Estado

Limite máximo	49%
Prudencial	46,5%
Alerta	44%



\*Despesas com pessoal foram ajustadas a partir de dados do orçamento de 2014, incluída a estimativa de novas contratações já anunciadas e projeção do carregamento estatístico dos aumentos salariais concedidos em 2013

Fontes: Secretaria da Fazenda, Secretaria de Gestão e Recursos Humanos, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Tesouro Nacional, Instituto Jones dos Santos Neves, Confederação Nacional da Indústria e estimativas feitas pelos responsáveis pelo estudo

R\$ 1,25 bi

2009

**E OS INVESTIMENTOS?**

Em R\$  
Números corrigidos pela inflação

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
Recursos próprios	825 milhões	985 milhões	1,164 bilhões	1,551 bilhões	1,052 bilhões	819 milhões	694 milhões	451 milhões
Empréstimos	148 milhões	117 milhões	193 milhões	209 milhões	168 milhões	324 milhões	652 milhões	1,049 bilhões
Convênios	65 milhões	80 milhões	98 milhões	114 milhões	112 milhões	77 milhões	68 milhões	150 milhões
<b>Total</b>	<b>1,039 bi</b>	<b>1,181 bi</b>	<b>1,456 bi</b>	<b>1,875 bi</b>	<b>1,331 bi</b>	<b>1,220 bi</b>	<b>1,414 bi</b>	<b>1,649 bi</b>

Total

\*Projeção

R\$ 1,003 bi

2010



Recursos próprios



Empréstimos



Convênios

R\$ 1,56 bi

R\$ 1,68 bi

2011

2012

R\$ 0,775 bi

2013



A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

lhões por ano, subirão forte. Perdemos qualidade na política fiscal”, diz Ana Paula.

**INVESTIMENTOS**

Os especialistas criticam o fato de o governo, mesmo com a entrada dos bilhões do BNDES e de royalties também bilionários, não ter conseguido ampliar os aportes em investimentos. “O cruzamento de dados mostra investimentos no mesmo patamar do final da década passada, mas com a diferença de que estamos aplicando menos com recursos próprios, os financiamentos começam a dominar. Não há problema no crescimento do financiamento, o problema está na redução da fatia dos recursos próprios. Com a saída deles, ao invés de crescer, estamos estagnados”, critica Haroldo.

Ana Paula lembra que os recursos do petróleo são finitos, por isso, devem ir prioritariamente para investimentos estruturantes. “Têm de ir para o que vai gerar renda e emprego para o pós-petróleo. Mas, pelo o que estamos vendo, está indo para o custeio”.

O estudo será encaminhado ao governador Renato Casagrande nos próximos dias. Os três refutam qualquer viés político do trabalho. “Não tem nada disso, fizemos para levantar um debate que consideramos salutar. Não tem absolutamente nada a ver com o senador Ricardo Ferraço”, garante Ana Paula Vescovi.

# “Não há dúvida sobre tudo o que estamos fazendo”

**Secretário da Fazenda rebate críticas e garante que fundamentos fiscais não estão se perdendo**

“O governo do Estado garante que os fundamentos da contabilidade pública não estão se deteriorando. O secretário da Fazenda, Maurício Duque, rebateu todos os questionamentos feitos por Ana Paula Vescovi, Haroldo Correa Rocha e Rodrigo Medeiros. “O governo não tem dúvida sobre o que está fazendo. São as melhores e mais viáveis posições”.

**Endividamento**

“A Lei de Responsabilidade Fiscal permite um endividamento de 200% da receita líquida, o nosso beira os 20%. Se for para pegarmos a linha que pegamos, vamos continuar. Temos boas condições (juro de 6,3% ao ano), carência e longo prazo de pagamento. Prefiro deixar a poupança do Estado, que rende a Selic (10,75 a.a.), aplicada, e tomar um empréstimo que tenho de pagar 6,3% de juro ao ano. Trata-se de uma decisão óbvia. Acessamos hoje porque podemos, coisa que o Estado não podia fazer há alguns



Maurício Duque explicou as escolhas do governo

anos. A nota do Espírito Santo no Tesouro Nacional é A”.

**Gasto com pessoal**

“Tivemos perdas com o fim do Fundap, que superaram R\$ 1 bi, e das demais receitas por conta do baixo dinamismo econômico. Ao mesmo tempo, nunca se

contratou tanto para saúde e segurança, o que chamo de bom custeio. Pela primeira vez em décadas, o quadro da PM estará completo, uma questão crucial para o governador Casagrande. Sobre essa história de que a proporção entre pessoal e receita chegará a 45%, refuto total-

DIVULGAÇÃO

mente. É chute! Importante frisar que o déficit previdenciário de 2013 foi de R\$ 1 bi. Em 2010, o fundo dos servidores tinha R\$ 353 milhões, hoje tem R\$ 1,03 bi”.

**Receita**

“O momento é de baixo dinamismo econômico e temos outros problemas. Dívidas antigas, como a antecipação dos royalties do petróleo de 2003 (feita pelo ex-governador Paulo Hartung para pagar salários atrasados). Terminamos de pagá-la agora, com uma taxa anual de IPCA mais 20%. Pegamos R\$ 350 milhões e pagamos R\$ 1,5 bi. O Estado nunca recolheu o Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), assumimos uma dívida de R\$ 500 milhões e o custeio, já que agora vamos pagar, aumentará em R\$ 150 milhões por ano”.

**Royalties**

“Estão indo prioritariamente para os investimentos. Importante lembrar que 30% vão para os municípios e, no ano passado, colocamos R\$ 400 milhões no Fundo do Desenvolvimento e Participações do Estado e no

Fundo Cidades. Garanto que esses recursos não estão indo para o custeio da máquina”.

**Investimentos**

“A aplicação sustentada de recursos próprios é de R\$ 700 milhões por ano. Só é possível aplicar mais que isso usando a poupança de anos anteriores. Essa estimativa de que a aplicação com recursos próprios em 2014 será de R\$ 451 milhões é mais um equívoco, mais um chute! Além dos gargalos já conhecidos, que impedem o andamento mais rápido das coisas, apesar de não faltar dinheiro, os investimentos também vivem de ciclos. Demos continuidade aos projetos do governo passado e agora vamos partir para projetos mais complexos”.

**Poupança**

“Nossa disponibilidade de caixa, somados recursos vinculados e não vinculados, é de R\$ 3,959 bilhões. Em 2010, era de R\$ 2,535 bilhões. Não existe essa história de queda de poupança. Esse Estado nunca viveu um impacto tão forte como o do fim do Fundap, ainda assim ampliamos nossos deveres de Estado e assim seguirá”.